

Superpopulação relativa e a formação do mercado de trabalho assalariado: uma análise comparada entre Argentina, Brasil e México

Bruno Soares Soier¹

Resumo

O artigo visa a destacar e estimar os trabalhadores excedentes, isto é, não efetivamente ocupados de Argentina, Brasil e México, na transição dessas economias para o regime de trabalho assalariado, entre o final do século XIX e início do século XX. Entende-se que essa massa de trabalhadores tem efeitos análogos ao de um exército industrial de reserva, já que essa tem a importante função de regulara salários.

Palavras-chave: Superpopulação relativa; Exército industrial de reserva; Mercado de trabalho

Abstract

The article aims to highlight and estimate the surplus workers, namely, those not actually employed in Argentina, Brazil, and Mexico, throughout the transition of these economies towards wage-based labor, from the late 19th century to the early 20th century. This surplus labor mass exerts similar influences to a reserve army of labour, as it plays a pivotal role in the regulation of wage dynamics within these economic contexts.

Keywords: Relative surplus population; Reserve army of labour; Job market

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização das economias latino-americanas ocorreu por volta do final século XIX e início do século XX - ainda que alguns países já demonstrassem certo desenvolvimento industrial antes desse período, a consolidação de um efetivo processo de industrialização se dá a partir da última parte do século XIX. No geral, nesse período as nações latino-americanas tinham o setor exportador como setor dinâmico da economia, portanto, a massa de trabalhadores relacionada a esse setor teve função muito importante em toda estrutura econômica desses países.

O presente texto tem por objetivo discutir a importância do volume de trabalhadores excedentes à capacidade de alocação que as economias de seus países apresentam para formação do mercado de trabalho assalariado na Argentina, no Brasil e no México. Compreende-se que ao longo

¹ Discente do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: brunosoressoier@ufu.br

dos séculos, a criação de um alto número de trabalhadores ligados a atividades de baixíssima geração de renda, dadas as crises no setor exportador desses países, afeta o núcleo de formação inicial do mercado de trabalho assalariado.

Por meio de análise comparativa entre os três países, busca-se elucidar como a população de cada um é estruturada de maneira diferente, sendo que nos casos onde o número de trabalhadores excedentes é consideravelmente maior, a transição para o regime assalariado ocorre com maior pressão na taxa salarial. Dessa maneira, a disponibilidade de mão de obra no setor primário-exportador é fundamental para regular salários dessas economias adentrando o período industrial.

1. A GÊNESE DA FORMAÇÃO

A América Latina é marcada por enormes desigualdades econômicas e sociais e níveis altíssimos de concentração de renda. As condições para um ambiente tão heterogêneo vêm sendo construídas desde o começo da colonização com o favorecimento deliberado de certas classes - a princípio foram fornecidos privilégios limitados a alguns que teriam condições de garantir uma produção econômica cujo excedente seria direcionado ao continente europeu. O reflexo dessa herança é sentido ainda hoje.

Durante sua época colonial, o papel que América Latina e Caribe exerciam para suas respectivas metrópoles detinha um profundo viés acumulatório e, por conseguinte, exploratório. A geração de riqueza que as colônias da região proporcionaram foi baseada na comercialização de produtos agrário-exportadores e produtos minerais - metais preciosos -, portanto, as demais atividades econômicas exercidas estavam ligadas à cultura exportadora. Naturalmente, elas se desenvolveram para suprir demandas internas, tanto em domínios espanhóis quanto em portugueses. Essa separação dual bem simples entre mercado exportador e mão de obra de subsistência, aprofundada durante os regimes coloniais das nações latino-americanas e caribenhas - não na mesma medida -, é a estrutura nerval que define a formação e desenvolvimento do mercado de trabalho na América Latina.

Como é sabido, a América espanhola, desde o começo da sua etapa colonial, teve como principal atividade econômica a extração de metais preciosos, notadamente a prata, com sua base em mão de obra indígena. Quando a atividade metaleira entra em decadência, a estrutura econômica organizada em torno dessa atividade exportadora é modificada e é quando a propriedade da terra passa a ser o mecanismo básico que define a organização social na região hispânica. Uma vez desagregadas da lucrativa atividade exportadora, essas estruturas são compostas, essencialmente, por economia de subsistência. No caso brasileiro, a organização social já era baseada, desde o começo, em latifúndios voltados para agricultura de exportação e o restante da população que não

estivesse diretamente associada à atividade exportadora se voltava a atividades de subsistência como produção de lenha e animais de tração. Dessa forma, o latifúndio agrícola voltado para o plantio extensivo da cana-de-açúcar já desempenhava papel importante (Furtado, 1978).

Esse sistema de organização baseado na propriedade da terra abre margem para um modelo de dominação cuja classe dirigente é composta pelos proprietários de terra, isso é o que dá origem ao binômio muito característico da estrutura agrária latino-americana: o latifúndio-minifúndio e o latifúndio-comunidades indígenas. Assim, era muito comum grande parte da disposição rural dividida em pequenas porções - unidades familiares - autônomas entre si, mas submetidas à tutela de uma classe proprietária que alocava as terras em troca de certos ganhos na produção que essas geravam. (Furtado, 1978).

Esse binômio é a base que consolida a formação de um mercado de trabalho bissegmentado, o qual enfatiza um setor dinâmico da economia (concernente aos latifúndios e às atividades de alta produtividade, que gerarão mais renda) enquanto os setores de baixa produtividade (relacionadas aos minifúndios e às comunidades indígenas) compõem classes pauperizadas². O volume de trabalhadores que se dirigem ao setor de baixa produtividade varia de acordo com a massa de trabalhadores que são excluídos ou não são totalmente integrados na atividade exportadora.

Sendo assim, esse regime bipartido que emerge fortemente com a decadência das atividades voltadas à exportação de minerais pelo lado espanhol e agrícola no caso português, apresenta um claro favorecimento de um setor, enquanto o outro se mantinha de maneira negligenciada. Esse ambiente, por si só, claramente proporciona concentração da renda em uma atividade mais produtiva e fortalece o distanciamento entre o trabalho atrelado ao minifúndio ou às comunidades indígenas e o trabalho atrelado ao latifúndio.

2. SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Fazendo uso de argumentos do materialismo histórico, Nun (2001) discorre sobre os conceitos de “população adequada” e “superpopulação relativa”. Para qualquer sistema produtivo, deve-se haver uma combinação entre os trabalhadores e os meios de produção, sendo que a forma como essa combinação será feita pode variar de acordo com cada sistema e cada época.

Sob essa ótica, a “população adequada” se refere à quantidade de trabalhadores que de fato se associam aos meios de produção no processo produtivo, como dito, a amplitude dessa associação vai depender dos limites impostos pelo próprio sistema de produção vigente. O excedente de trabalhadores que ultrapassa o limite determinado, se torna a “superpopulação relativa”, também

² Como descreve Furtado, o minifundista ocupa uma porção de terra, para ocupar sua capacidade de trabalho, mas não obtém renda para satisfazer suas necessidades básicas seja em razão da pobreza da terra ou da própria renda (2007, p.134).

entendidos como “fator virtual” que não conseguiram se vincular ao processo de reprodução econômica nem aos produtores. Dessa forma, a superpopulação está relacionada ao pauperismo, à pobreza.

A superpopulação pode ser considerada disfuncional, afuncional ou funcional, o que é determinado a partir da funcionalidade que ela exerce na sua forma de organização social. De acordo com Nun (2001), a superpopulação disfuncional é uma massa demográfica que não consegue ser comportada pelo sistema - seja por limites de espaço, de produção de alimentos, entre outros - e tende a ser eliminada. A superpopulação afuncional, seria uma massa trabalhadora excedente, mas que conseguiria ser comportada pelo sistema de organização social vigente e não causaria pressão sobre os recursos. A superpopulação funcional, diferentemente das outras, é um mecanismo necessário à reprodução do sistema a qual ela se insere. Para exemplificar o funcionamento dessa dimensão funcional, Nun faz uso do *oikos*³, cujo objetivo não é a acumulação do capital, mas a produção dos recursos necessários para suprir as necessidades dos senhores proprietários. Nesse sistema de base servil, as famílias trabalhadoras tendem a gerar excedentes demográficos que terão um retorno ativo para formação daquela modalidade de trabalho servil. Dessa forma, a superpopulação funcional constitui uma condição para disponibilidade do trabalho.

Neste ponto, cabe uma explanação muito importante feita por Nun (2001) sobre a obra “O Capital”, de Marx. Segundo o estudioso argentino, existe uma confusão muito comum em se tratando dos conceitos de “exército industrial de reserva” e “superpopulação relativa”. O equívoco se dá ao se considerarem os dois conceitos como sendo um só. Como dito anteriormente, a superpopulação relativa é um excedente de trabalhadores que não conseguiu se vincular aos meios de produção, nesse sentido, essa estaria relacionada aos meios e processos que geram a população excedente. O conceito de exército industrial de reserva se refere à uma porção operária que traz implicações específicas ao sistema - nesse caso, o sistema capitalista -. “O exército industrial de reserva aparece como fator de ajuste necessário entre a oferta e a demanda” (Bettelheim, 1952, p.102 apud Nun, 2001, p.54), é essa massa da população que viabiliza a condição essencial da classe burguesa: a acumulação. Uma população de trabalhadores excedentes tem a função de pressionar os salários da população adequada, mantendo assim um nível baixo dos salários pagos pelos empresários e favorecendo a expropriação da mais-valia. Desse ponto de vista, o exército industrial de reserva constitui um efeito funcional no mercado de trabalho, indispensável para o modo de reprodução capitalista.

As análises de Marx e Engels se pautam sobre uma sociedade já em fase industrial - mais especificamente a Inglaterra do século XIX - uma vez que a superpopulação relativa que virá a se

³ Unidades produtivas da civilização grega composta por um proprietário e seus trabalhadores

tornar exército industrial de reserva, na Europa, tem início, justamente, com a industrialização. Como afirma Nun (2001), três pontos principais dão origem a esse exército industrial

“I, a separação dos produtores dos seus meios de produção; II, a substituição de trabalhadores por máquinas cada vez que os salários tendem a se elevar; III, as crises periódicas do sistema que não só aumentam a ociosidade da capacidade dos trabalhadores, como também proletarizam setores da pequena burguesia” (Nun, 2001, p.53, tradução nossa)⁴.

De maneira mais simples, esses pontos podem ser descritos como: 1. acumulação primitiva, 2. elevação da composição orgânica do capital, 3. a ocorrência de crises periódicas. De uma perspectiva geral, essa sequência estará presente na formação do exército industrial de reserva, mas a maneira como ela ocorrerá, pode ser observada de maneira diferente em diferentes organizações sociais, esse será o principal ponto ao qual me debruçarei no próximo tópico.

3. MIGRAÇÃO E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

Como pontuado anteriormente, a colonização da América Latina gera um traço marcante da organização de suas sociedades: a bissegmentação latifúndio-minifúndio na América portuguesa e latifúndio-comunidades indígenas na América espanhola. A diferenciação entre “minifúndio” e “comunidades indígenas” concerne mais aos trabalhadores em si do que à estrutura. Com efeito, ambas cumprem papel semelhante – porções de terra onde os proprietários extraíam excedentes de produção de terras alocadas aos trabalhadores de subsistência - e, para os fins deste trabalho, são entendidos como tendo a mesma funcionalidade.

Ao final do século XIX, os países latino-americanos começam a se industrializar, nesse ponto, cabe-se entender que a formação do mercado de trabalho durante esse processo é profundamente afetada pelas reservas de trabalhadores já existentes nesses países. Na América Latina, o movimento abolicionista foi acompanhado por mecanismos de impedimento do acesso a terras em muitos países - a exemplo da Lei de Terras no Brasil em 1850 ou da Lei Lerdo no México em 1856 - o que transforma parte da massa de recém-libertos em mão de obra não efetivamente empregada, mas que poderia ser alocada no setor primário-exportador.

Até o começo do século XX a economia primário-exportadora era muito importante na América Latina, ocupando uma parcela substancial na economia desses países. Esse período é marcado pelas grandes ondas migratórias de trabalhadores, majoritariamente europeias, associadas ao setor primário-exportador como é o caso da economia cafeeira no Brasil ou da ovinocultura na Argentina. Dada essa situação, existe uma importante relação entre o contingente de trabalhadores

⁴ No original: “I, la separación de los productores de sus medios de producción; II, la sustitución del obrero por la máquina cada vez que los salarios tienden a elevarse; y II, las crisis periódicas del sistema, que no solo aumentan la desocupación obrera sino que proletarizan a diferentes sectores de la pequeña burguesia.”

procedentes das populações escravizadas (principalmente as comunidades indígenas que, assim como os minifúndios, estava ligada à economia de subsistência), as novas massas de trabalhadores migrantes e a taxa salarial no núcleo de formação do novo mercado de trabalho assalariado.

A análise da construção do exército industrial de reserva indica que o modo como se deu esse processo pode ser entendido de maneira diferente na América Latina e na Europa. Dessa forma, mobilizando o processo descrito como a origem do exército industrial de reserva, far-se-á uma comparação entre os casos brasileiro, argentino e mexicano, no período de nascimento industrial, e o modelo clássico europeu (inglês), com o objetivo de elucidar diferenças bem importantes para atribuir uma funcionalidade à superpopulação relativa, ou à mão de obra atrelada ao setor atrasado - associado aos minifúndios ou às comunidades indígenas - da economia latino-americana antes de florescer completamente o processo de industrialização nos países.

3.1 O CASO BRASILEIRO

O primeiro ponto diz respeito à “acumulação primitiva” ou o processo que isolaria os produtores dos meios de produção. De acordo com Marx, esse processo, na Inglaterra, foi feito a partir do cercamento dos campos, um processo violento empreendido pelo governo inglês que expulsa os camponeses de suas terras e gera as condições para o capitalismo, na medida em que os meios de subsistência e de produção se tornam capital e os camponeses passam a ser trabalhadores assalariados (Levien, 2014, p.25). Levien ainda adiciona que, a acumulação primitiva é o processo que irá promover a emergência do modo de produção capitalista.

No Brasil, no século XIX, houve uma expansão da apropriação de grandes terras e sua transformação em grandes domínios de uma pequena minoria que poderia impor um determinado regime de trabalho ao restante da população que precisaria de terras para manter sua sobrevivência - a famigerada agricultura familiar (Furtado, 2007). A positivação dessa dinâmica pode ser considerada a Lei de Terras de 1850, onde os trabalhadores agrícolas são impedidos de acessar os meios de produção (a terra), ou seja, são separados desses.

À população que é imposta a tal regime de trabalho, faz-se uma combinação entre agricultura de subsistência e agricultura comercial. Pequenos lotes de terra são cedidos às famílias onde essas extraem o essencial para sua subsistência e, ao lado dessa agricultura, organiza-se outra modalidade que é a agricultura comercial. Nessa modalidade, o trabalhador contribui com trabalho, parte da colheita ou aceitando um salário reduzido como forma de pagamento, seja em terras específicas para esse fim, seja na própria unidade familiar (Furtado, 2007, p.133).

Os minifundistas - camadas de trabalhadores que não estavam associados aos latifúndios - constituem uma massa de mão de obra subjugada aos interesses da agricultura comercial. Algumas

vezes eles estão incorporados a um trabalho permanente, outras vezes atrelados à agricultura itinerante. Essa classe também desempenha uma função importante, a de definir o custo efetivo da mão de obra nos setores agrícolas. Pelo fato dos minifundistas constituírem, aproximadamente, metade da força de trabalho agrícola, que fica na retaguarda dos trabalhadores assalariados (a população adequada) pressionando os salários, a agricultura comercial dispunha de mão de obra barata (Furtado, 2007, p.133).

A segunda característica elencada está relacionada à substituição de trabalhadores por máquinas. Basicamente, o desenvolvimento do progresso tecnológico no processo produtivo resultaria em redução relativa de capital variável, logo, aumento da superpopulação relativa. É aqui onde se nota a principal diferença entre a experiência inglesa e a experiência brasileira e se dá a base para a discussão. No modelo industrial europeu delineado por Marx e Engels, a superpopulação relativa está associada ao progresso técnico, à elevação da composição orgânica do capital no setor industrial, ou seja, ao incremento dos setores mais modernos, dos setores de alta produtividade. No caso brasileiro - e dos outros países latino-americanos de uma forma geral -, a origem da superpopulação relativa se dá de maneira totalmente oposta, apesar de ter a mesma repercussão prática, não sendo pela expansão dos setores de alta produtividade, mas pela ampliação dos setores de baixa produtividade, o que ocorre com o declínio da atividade açucareira

“A produção das Antilhas francesas e inglesas cresceu rapidamente a partir dessa época, ao mesmo tempo que a política mercantilista fechava grande parte dos mercados europeus ao açúcar da colônia portuguesa. A contração dos mercados externos teve como consequência a desagregação de parte da agricultura de exportação e sua transformação em economia de subsistência ou principalmente de subsistência” (Furtado, 1959, p.33).

Como ainda identifica Furtado (1959), no nordeste brasileiro, os setores interioranos - não vinculados à produção de açúcar - sofreram com uma involução econômica ainda mais rápida do que a ocorrida no litoral. Nessas localidades a população era ligada à cultura de subsistência, mais especificamente a criação do gado, que, por sua vez, exercia alguma ligação com setor açucareiro suprindo algumas de suas demandas básicas.

A decadência do setor agroexportador ao fim de cada final de ciclo econômico baseado no setor primário - a economia açucareira, na segunda metade do século XVII, e a economia aurífera, no último quarto do século XVIII - resulta em um grande volume de trabalhadores livres e gera um fluxo migratório em direção ao interior, visando à economia de subsistência. A expansão da economia nordestina durante esse longo período consistiu, em última instância, um processo de involução econômica: o setor de alta produtividade perdia importância relativa enquanto o setor de baixa produtividade ganhava mais adeptos. Esse foi um período de atrofiamento da renda real da região, mas ainda assim de crescimento populacional sustentado no crescimento do setor de subsistência (Furtado, 1959).

Dessa forma, percebe-se que durante o período retratado houve o crescimento da superpopulação relativa, a qual será utilizada posteriormente, no ciclo do café, desempenhando importante papel econômico. O crescimento do setor cafeeiro se deu sem muitos obstáculos dadas a grande oferta de terras para plantação e elasticidade da mão de obra existentes. Furtado (1959, p.220-221) descreve o processo como havendo estabilidade no salário real durante a expansão. A taxa salarial era maior do que em demais setores com o intuito de atrair mão de obra, mas ainda assim, a massa de mão de obra relativamente amorfa que havia se formado nos séculos anteriores exerceu pressão constante no nível médio dos salários não permitindo seu estabelecimento em níveis maiores.

Sendo assim, a superpopulação relativa originada da ampliação do setor de subsistência, entre os séculos XVII e XIX, tem papel imprescindível para determinação do preço dos salários atribuídos à mão de obra alocada no setor do café. Uma especificidade do Brasil e que não ocorre na Europa é que esse processo se dá em meio à transição de um antigo setor escravista para um novo setor assalariado. Essa transição ocorre como consequência do encarecimento do custo do escravizado causada com a pressão inglesa pelo fim do tráfico e, de maneira subsequente, torna a alocação do trabalhador assalariado financeiramente mais viável.

O terceiro ponto diz respeito às crises e está estritamente conectado ao ponto anterior. Considera-se que na indústria moderna (o caso inglês), em seu curso natural, a ocorrência de crises é cíclica. O ciclo é composto por períodos de “animação média”, “produção a todo vapor”, “crise” e “estancamento”; e no período do aumento da produtividade, o capital é dotado de uma força súbita de expansão. O reflexo que as fases desse ciclo têm sobre a superpopulação relativa é direto, ela cresce e se contrai de acordo com as alternativas periódicas do ciclo industrial (Nun, 2001). No caso brasileiro, não se trata do ciclo industrial, mas o eixo agro-exportador é quem exerce o mesmo papel com a superpopulação relativa brasileira, o que fica muito claro na atividade açucareira, mas, mais importante, na economia cafeeira, que é de fato baseada em trabalho assalariado.

Por mais que naquele período, o Brasil ainda não começara a caminhar rumo à uma economia industrializada - existindo algumas poucas fábricas pontuais -, a economia cafeeira claramente constitui um modelo de produção capitalista, baseado no trabalho assalariado e na acumulação de renda proveniente do seu setor de alta produtividade - o próprio café -. Em uma economia pouco, ou quase nada industrializada, a dependência que se cria desse setor externo, que é o setor dinâmico e grande gerador da renda que será utilizada na criação do mercado interno no começo do século XX, demonstra o caráter puramente capitalista do setor cafeeiro. Ademais, pela magnitude da sua influência sobre toda economia brasileira à época, os estímulos gerados não afetariam somente a superpopulação relativa do setor cafeeiro, como a de outros setores, que dependiam da renda advindas das exportações do grão.

3.2 O CASO ARGENTINO E O CASO MEXICANO

No século XIX, além de Buenos Aires, cidade portuária e com crescente atividade mercantil, a região platina argentina se desenvolve em função da pecuária. A economia dessa região interiorana é diferenciada em dois momentos: o primeiro vai do começo do século XIX até a década de 1830, quando o desenvolvimento é orientado pelas exportações de couro e sebo e pela cultura das charqueadas; o segundo momento começa a partir da década de 1840, quando os pecuaristas começam a criar ovelhas para exportação de lã. O fluxo migratório na Argentina foi bastante intenso nesse segundo momento e atingiu seu auge em 1880, certos grupos de migrantes participaram ativamente da introdução da ovinocultura (Brignoli; Cardoso, 1984, p.193-195).

O ciclo da lã ocorre em paralelo à “Campanha ao Deserto”, iniciada em 1879 e encabeçada pelo General Roca - futuro presidente argentino. Esse projeto expansionista para o “deserto” - as regiões pampeanas localizadas ao sul, sudeste e a noroeste do país, ocupadas por comunidades indígenas consideradas como bárbaras, isto é, desertos de civilização - implica na expansão da fronteira⁵, principalmente no movimento de alargamento meridional do país sul-americano, e no extermínio das populações nativas, sendo a campanha iniciada em 1879 a mais violenta (Lenz, 2006; Passetti, 2010).

A campanha de Roca ao deserto não foi a única realizada no século XIX, os movimentos de expansão da fronteira argentina realizados pelo governo do Vice-Reinado do Rio da Prata estão intrinsecamente arraigados com a consolidação do Estado nacional argentino ao final do século XIX. Essa consolidação por sua vez, perpassa pela expulsão dos nativos e, como identifica Passetti (2010), as terras não civilizadas ou “desérticas” além de serem visadas pelo motivo territorial também tinham um objetivo econômico e produtivo

Estas violentas expedições militares receberam o inusitado título à época de Campanhas do Deserto, pelo qual ficaram conhecidas até hoje. Este título explicita o entendimento das elites portenhas e demais grupos aliados com o território. Para eles, as terras ao sul da fronteira colonial eram potencialmente lucrativas, devendo ser ocupadas por colonos europeus. Neste sentido, as tais campanhas militares se destinavam a uma região deserta de trabalhadores, empreendedores e civilização. Ao definirem os pampas como desérticos, não se referiam somente ao ambiente agreste da pampa seca, mas ao deserto de civilização sobre o qual os militares deveriam avançar (Passetti, 2010, p.253).

A Campanha ao Deserto representou a alternativa encontrada para a apropriação de terras férteis necessárias à expansão da produção agropecuária. Exceto em casos isolados, grande parte dessas terras ficou sob posse de uma pequena elite de *estancieros*, militares e políticos. Sua ocupação produtiva e efetiva seria atribuída aos trabalhadores migrantes (Lenz, 2006; Passetti, 2010).

⁵ As linhas de contato do espaço vazio em meio às zonas povoadas eram chamadas de fronteiras. Linha móvel e permeável, relativamente definida, que expressava o limite nessas zonas de contato (Lenz, 2006, pg.547). Essas eram as “fronteiras internas”, regiões de disputa entre o território sob efetivo controle argentino e os territórios indígenas.

Nesse sentido, a Argentina se torna um grande foco da migração em massa na transição do século XIX para o XX alcançando saldos superiores a 100.000 imigrantes por ano entre 1903 e 1904. Esses agricultores europeus teriam como destino as áreas pampeanas (Brignoli; Cardoso, 1984, p.196). Portanto, o trabalho empenhado nessas áreas foi embasado na mão de obra de migrantes. Por outro lado, as populações nativas, que poderiam formar uma massa de trabalhadores complementar à população estrangeira e possibilitar o maior fornecimento da mão de obra, foram exterminadas, o cenário contrário aos outros casos a serem analisados.

No começo de seu processo de industrialização, o México conserva maior densidade de mão de obra em relação a Brasil e Argentina e sua população nativa é proporcionalmente bem mais abundante, além disso, a população de imigrantes é bem menos expressiva quando comparada aos outros dois casos. Ao final do século XIX, o país mantinha uma considerável desarticulação geográfica entre suas regiões, assim como sua pauta de exportação, que produzia artigos agrícolas ao sul, e minerais, centro dinâmico do setor exportador, ao norte. É também entendido que o país dispõe de abundância de mão de obra, a qual se concentrava, majoritariamente, no planalto central mexicano (Furtado, 2007).

Já no começo do século XIX, o país havia desenvolvido um conjunto de indústrias têxteis e seu mercado interno era suprido, em grande parte, pelo artesanato local. A dificuldade de integração do país, beneficiou a prosperidade do artesanato local, entretanto, a evolução da articulação inter-regiões possibilitada pelo desenvolvimento das linhas de transporte abre caminho para expansão desse núcleo manufatureiro. Dessa forma, parte do artesanato foi substituída pela introdução de novas técnicas que absorveram mercados internos antes satisfeitos pela produção artesanal (Furtado, 2007).

Embora na transição do século XIX para o XX ocorra aumento da demanda interna pela importação de produtos manufaturados induzido pelo crescimento do setor dinâmico exportador, o governo mexicano não permite que o núcleo industrial doméstico firmado anteriormente no país desapareça, pois o setor exportador não conseguiria absorver a oferta de mão de obra gerada por esse processo. Em paralelo, a introdução de formas capitalistas no setor agrícola (região sul) implica em sérias deslocações dessa população para outras áreas do país (Furtado, 2007).

Assim como na experiência brasileira, a tônica geral da região latino-americana foi seguir regimes de concentração da terra. No caso de Argentina, a expansão para os vastos territórios do sul, ocorrida no século XIX, foi acompanhada da restrição das novas terras a uma limitada elite senhorial, onde os trabalhadores migrantes executavam apenas a ocupação produtiva dessas áreas. No México, a Lei Lerdo de 1856, desapropriou as terras clericais e comunais para posterior venda o que favoreceu o crescimento da estrutura latifundiária no país além de empurrar milhares de *comuneros* indígenas ao mercado de trabalho e desprovidos de posse (Brignoli; Cardoso, 1984,

p.166). Como no caso brasileiro, aqui pode-se compreender o processo de acumulação primitiva responsável por decantar os trabalhadores e os meios de produção.

A respeito da segunda característica, o México conserva algumas diferenças. Contrariamente ao que ocorre no Brasil com a expansão da economia de baixa produtividade, a primeira fase da industrialização mexicana se assemelha ao modelo clássico pois se dá com aumento da produtividade. Graças ao primeiro momento de industrialização já no começo do século XIX e que, posteriormente, substitui o papel de abastecimento do mercado interno então executado pelo artesanato local, a introdução de novas técnicas é responsável por gerar crescimento da superpopulação relativa. Atrélado a esse fato, juntam-se as comunidades indígenas que, assim como os minifúndios no Brasil, representam expansão da atividade de subsistência. Como afirma Furtado, (2007, p.179) a abundância dessa superpopulação relativa configura uma alta disponibilidade de mão de obra com salários rebaixados.

Quanto à Argentina, como foi descrito, o país possuía extensivas áreas de produção e uma quantidade limitada de mão de obra. No país não há formação maciça de superpopulação relativa como ocorreu nos dois cenários anteriores, isso porque a expansão do país foi realizada com extermínio da população indígena, isto é, o grupo social que cumpriria o papel equivalente ao minifúndio/comunidades indígenas em Brasil e México, respectivamente. O alto número de imigrantes que constituem a mão de obra argentina no final do século XIX e começo do XX é reflexo disso. O esgotamento das populações indígenas e o conseqüente alicerce da produção na mão de obra estrangeira formam as condições necessárias para disponibilidade de mão de obra em níveis de salário mais elevados em comparação com outros países da América Latina, conforme descreve Furtado (2007, p.175).

Tabela 1 – Dados censitários em anos selecionados

	ARGENTINA (1869)	BRASIL (1872)	MÉXICO (1895)
POPULAÇÃO TOTAL	1.531.360	9.930.453	12.631.558
POPULAÇÃO DE IMIGRANTES	211.993	213.059	49.698
POPULAÇÃO ESCRAVIZADA/NATIVA	N/A	1.510.806	2.034.712
RELAÇÃO MIGRANTES POR POPULAÇÃO TOTAL	0.139	0.022	0.004
RELAÇÃO ESCRAVIZADOS/NATIVOS POR POPULAÇÃO TOTAL	-	0.152	0.161

Como pode-se perceber na tabela, a Argentina tem uma proporção muito maior de imigrantes em comparação com os outros casos, isso indica que a formação do mercado de trabalho argentino se pauta na mão de obra estrangeira e, assim como os salários, salários se regulam de outros modos que não diretamente pela formação de superpopulação excedente ao contrário de Brasil e México. É exatamente pela carência da superpopulação relativa que o país dispõe do índice salarial elevado na formação do seu mercado de trabalho assalariado. Em contrapartida, a população de imigrantes mexicana é substancialmente menos relevante, em paralelo, a proporção de indígenas pela população total é a maior entre as analisadas e é responsável por gerar rebaixamento salarial na nação da América Central. O Brasil figura como “meio-termo” entre os dois casos, assimilando tanto trabalho migrante quanto a existência superpopulação relativa, resultando na formação de um setor primário-exportador (basicamente alocado por migrantes) com pressão sobre os salários.

Atinente à terceira característica, a Revolução Mexicana de 1910 é a representação em forma de revolta da ocorrência de crises. Devido ao agravamento de tensões sociais, em um contexto de abertura liberal mexicana e penetração de formas capitalistas no setor agrícola, a marginalização de grupos populacionais - fenômeno intrinsecamente ligado ao incremento da superpopulação relativa - leva o povo mexicano a gritar por revolução (Furtado, 2007, p.182). Inegavelmente esse evento histórico não é restrito apenas à dimensão econômica, mas sua existência é a representação prática de uma crise do sistema capitalista mexicano.

4. O PAPEL FUNCIONAL DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

A partir das análises feitas, é passível afirmar que a população excedente no Brasil e no México possuía as características do exército industrial de reserva descrito por Marx durante a industrialização inglesa, antes mesmo que o processo de industrialização houvesse começado nesses países sul-americanos e durante esse processo. Enquanto que na Argentina, não existe a formação de uma massa de trabalhadores excedentes, que possa ser chamada de superpopulação relativa, considerável como no Brasil e no México. Os efeitos dessa conjuntura são elucidados nas taxas de salários mais elevadas que o país possui.

Fazendo uso das categorias elencadas por Nun, a superpopulação relativa concerne à uma superpopulação funcional, porque ela é extremamente necessária para as condições de reprodução do sistema econômico analisado. Isso fica evidente quando expostas as diferenças entre Brasil e México de um lado e a Argentina do outro e como a existência ou não de uma massa considerável de trabalhadores excedentes traz implicações para formação do mercado de trabalho assalariado.

Nesse sentido, cabe-se entender que os processos de industrialização brasileiro e mexicano sofrem com uma heterogeneidade estrutural que é fruto da herança colonial e é marcado pela expansão das economias de baixa produtividade entre os séculos XVII e XIX, situação que os trabalhadores excedentes gerados - já vinculados ao subemprego - ajudaram a manter durante a transição para o período de assalariamento. Já o desenvolvimento industrial da Argentina no começo do século XX foi favorecido pelos salários elevados e, naquele momento, ocorre elevação do nível de vida para o conjunto da população (Furtado, 2007, p.182). O que não significa dizer que a economia argentina perpetua esse padrão, mas que naquele momento ela apresentou um desempenho positivo. Não obstante, o país não deixa de ser acometido por problemas estruturais compartilhados por toda América Latina, assim como conserva bases econômicas e de poder muito concentradas, o estabelecimento de salários mais elevados no fase pré-industrialização não significam com boa distribuição de renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou pautar as discussões que desde a colonização, foi formado um número de trabalhadores associados aos setores de baixa renda que, no começo da industrialização e em meio ao processo de assalariamento, desempenharam papel muito importante análogo ao do exército industrial de reserva no caso europeu.

Nesse sentido, uma questão que aparece durante o texto está relacionada aos números de população utilizados. Primeiramente, a falta de dados acerca da população argentina foi um desafio encontrado durante a pesquisa, ainda assim, a análise em cima do caso argentino pôde ser feita pelo fato de que a considerável maior proporção de trabalhadores migrantes que o país mantém sobre os outros revela a questão central que buscou-se destacar: o trabalho baseado na mão de obra migrante e, conseqüentemente, reduzida mão de obra indígena. Sobre o México, a contabilização do contingente de indígenas se deu a partir de inferências, uma vez que não foi possível encontrar esse dado exato. O primeiro censo mexicano, realizado em 1895, disponibiliza estatísticas sobre a quantidade de falantes de línguas indígenas no país, naquele período. Quando compara-se esse número com o dado de falantes de castelhano, nota-se que esses dois dados condizem com o número de população total estimada no próprio censo. Ainda que o número não seja completamente indefectível, assim como no caso argentino, sua proporção estimada sobre o número de população total revela que esse acaba possuindo maior influência na estrutura econômica de seu país.

Como também é possível notar, os anos os quais os dados foram recolhidos diferem de um país para o outro. No caso do Brasil, o censo foi realizado antes da abolição da escravatura, dessa forma, o número de escravizados do país no período foi registrado, ou seja, quando se compara com os outros países, é possível perceber a diferença no perfil demográfico das suas populações, que é o

ponto central da tabela, ainda que haja diferença de um pequeno espaço de tempo. No caso argentino, foi utilizado o primeiro censo e, como já dito, a proporção entre população migrante (que continua crescendo até o século XX) e população total deixa evidente a diferença desse país em relação aos outros dois. O primeiro censo do México coletou dados de 1895 então, ele foi utilizado por mais se aproximar da data dos outros dois países comparados.

Por fim, o debate do artigo girou em torno de três países - em meio a dezenas localizados na América Latina - pois ambos apresentavam níveis bem diferentes de relação entre trabalho migrante e superpopulação relativa e, portanto, serviram de boa base comparativa. Ademais, o foco dado às variáveis populacionais não anula a importância de outros fatores como disponibilidade de território, a natureza do produto carro-chefe do setor exportador e sua capacidade de alocação de mão de obra, entre outros, no contexto discutido. Feitas essas considerações, a análise focada em dados populacionais é elucidativa quanto ao efeito que a superpopulação relativa exerce na formação do mercado de trabalho assalariado na América Latina, pois ela se pauta numa característica geral dessa formação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO AO ASSALARIAMENTO**. 2003. Tese (Doutorado) - Economia Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, Ciro Flamarion. **História Econômica da América Latina**. Tradutor: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICAS E INVESTIGACIONES ECONÓMICAS. **1869 - Primer Censo de la Nación Argentina**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 1872.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. 4ªed.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959. 34ª ed.

INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Censo General de la Republica Mexicana**. [S.l.], 1895.

LENZ, Maria Heloisa. **O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, no século XIX**. Porto Alegre: Ensaio FEE, out. 2006. v. 27, n. 2, p. 543-560.

LEVIEN, Michael. **DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO**. Tradutor: Markus Hediger. *Sociologia&Antropologia*. Rio de Janeiro, v.04.01, p. 21–53, jun, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/4Wcp6bJYxsdpPtZtPNTd8wh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 out. 2023.

NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. 2001

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1855)**. 2010. Tese (Doutorado) - História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.